
Resolução da

XXIV Assembleia da Paz



24ª assembleia da
paz

TRABALHO LIBERTADOR
SOBERANIA HABITADO
SAÚDE EDUCAÇÃO

construir a paz
com os valores de abril

7 de Dezembro

15H00 • FCSH • TORRE B • AUDITÓRIO 2
AVENIDA DE BERNARDO, 26-C • 1069-061 LISBOA

  CONSELHO
PORTUGUÊS PARA A
PAZ E COOPERAÇÃO

«1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.»

In Constituição da República Portuguesa,
Artigo 7.º - Relações internacionais

Introdução

As principais tendências da evolução da situação mundial reafirmadas na Assembleia da Paz do Conselho Português para a Paz e Cooperação, realizada em Novembro de 2011, mantêm-se. Razão acrescida para a importância do alerta para «*os manifestos perigos que a Humanidade enfrenta, caso a investida imperialista não seja travada*».

O sistema capitalista, afundado numa grave crise, encontra no incremento da exploração, na opressão e na guerra, a única resposta para o beco em que se encontra.

O pacto que estabelece os princípios que deveriam nortear as relações entre os Estados – resultante da Segunda Guerra Mundial e consubstanciado na Carta das Nações Unidas – encontra-se ameaçado pela recorrente subversão do direito internacional e instrumentalização da ONU, através das quais os EUA e seus aliados procuram camuflar a sua política de guerra.

O imperialismo recrudescer a sua agressividade, fazendo-a acompanhar de uma sistemática e orquestrada campanha ideológica e de desinformação que procura «legitimar» e «branquear» a barbárie da guerra – a morte, o sofrimento, a destruição e o saque de riquezas e recursos –, através da dita «guerra preventiva», do chamado «direito de ingerência» ou da designada «guerra contra o terrorismo».

Ao mesmo tempo, mantém a corrida aos armamentos, a indústria armamentista e as despesas militares. O investimento na investigação destinada à produção de novos e mais sinistros armamentos – incluindo as armas nucleares, a robótica militar e as chamadas armas não letais, estas destinadas sobretudo à repressão interna – consomem orçamentos astronómicos.

Face à globalização neoliberal e à ofensiva do imperialismo, aumenta a fome, a pobreza extrema e a doença, quantas vezes assumindo-se elas também como eficazes instrumentos de guerra. São colocados em causa direitos fundamentais conquistados pelos trabalhadores e pelos povos durante décadas de luta de emancipação social e nacional. É imposto ao Planeta um sistema de produção destruidor, incompatível com a imprescindível relação sustentável entre as comunidades humanas e a natureza.

No entanto, como afirmámos na última Assembleia da Paz e como a evolução da situação mundial nestes dois últimos anos comprova, «*é neste contexto tão adverso que se assiste a uma admirável resistência e luta dos povos contra a opressão e a exploração, contra a injustiça e os grilhões, pela liberdade e a paz, numa prova inequívoca que o futuro do Mundo será aquilo que a humanidade determinar*».

A agudização da Crise do Capitalismo: acrescida ameaça à Paz

Nos últimos dois anos confirmou-se a tendência da agudização da crise do sistema capitalista, cuja dimensão e profundidade comprovam a sua dimensão estrutural e sistémica, ultrapassando o mero carácter cíclico das crises que o caracterizam, que tendem a tornar-se crónicas, e confirmando a incapacidade do sistema em dar resposta às suas contradições.

Face às consequências da crescente apropriação, acumulação e concentração privada da riqueza, da financeirização da economia e da especulação financeira – que levaram a uma situação insustentável de grande parte do sistema financeiro mundial –, está em curso um processo de colossal transferência de dívidas e prejuízos da banca para os orçamentos de Estado, do privado para o público.

Na União Europeia, os Memorandos de Entendimento ditos de «combate à crise», que a “Troika” - UE, BCE e FMI - impuseram à Irlanda, à Grécia e a Portugal, e condições similares a Espanha, Chipre e Itália, significam o reforço de mecanismos de transferência da riqueza criada para a banca, o controlo de importantes sectores económicos por interesses privados, a destruição de importantes funções sociais do Estado, o aumento do desemprego, a intensificação da exploração de quem vive do seu trabalho e a colocação em causa de avanços sociais. Se estas políticas prosseguirem, teremos uma brutal degradação nas condições de vida da esmagadora maioria da população e um generalizado e violento agravamento das desigualdades e injustiças sociais.

No quadro da crise – em que se evidenciam rivalidades e contradições entre grandes potências, o relativo declínio dos EUA e a emergência de novas potências económicas no mundo –, as tentativas de impor uma «nova ordem mundial» hegemónizada pelos EUA e outras grandes potências imperialistas originam uma

crescente instabilidade e insegurança, com grandes perigos para a paz, a liberdade, a democracia, a soberania, a independência e o progresso social, em todo o mundo.

O sistema capitalista em crise, destrutivo, explorador e belicista, ameaça lançar o planeta numa tragédia de grandes proporções. A deriva belicista do imperialismo, que se lança ao assalto do planeta na tentativa de fazer retroceder as vitoriosas lutas de emancipação social e nacional que caracterizaram o século XX, prossegue, intensifica-se e torna-se mais agressiva.

Vivem-se consecutivas guerras de agressão e ocupação: nos Balcãs, no Médio Oriente, na Ásia Central, em África (caso da Líbia e do Mali). A ingerência militar estrangeira na Síria é responsável por uma guerra que dura há quase dois anos e que se traduz em dezenas de milhares de mortos, refugiados e exilados e na destruição de infraestruturas daquele país. Prosseguem as ameaças e sanções ao Irão, entre outros exemplos, que vão da Península da Coreia, passando por África – do Norte à subsaariana - até à América Latina.

Assiste-se a guerras e ameaças de novas agressões que são acompanhadas pelo mais completo desrespeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas, pela descarada subversão do direito internacional e pela instrumentalização da ONU, visando destruir a emancipação e resistência dos povos, a destruição de processos de desenvolvimento económico nacionais, pilhar recursos naturais, económicos e financeiros, dominar mercados ou regiões de importância geoestratégica vital para os seus interesses, num processo de tentativa de recolonização planetária.

Para a ingerência e para a guerra não falta o dinheiro. Prossegue a corrida aos armamentos, encabeçada pelos EUA que, no momento em que se confrontam com a mais grave crise económica e social, em 2012 gastaram em despesas militares 685 mil milhões de dólares, o correspondente a cerca de metade das despesas militares a nível mundial. Recorde-se que o orçamento militar dos países da NATO e do Japão, Coreia do Sul e Austrália (seus aliados) representam conjuntamente 72% das despesas militares no mundo. (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI, 2013)

Actualmente, a despesa mundial para fins militares é estimada em cerca de 1 756 mil milhões de dólares (dados de 2012), representando cerca de 2,5% do produto interno bruto mundial, ou seja 249 dólares por pessoa no mundo. (SIPRI 2013 Yearbook).

Em Portugal, ao mesmo tempo que se utiliza o orçamento nacional para financiar agressões militares da NATO a outros povos – totalmente contrárias aos interesses nacionais e em claro desrespeito pela Constituição da República –, impõem-se sacrifícios àqueles e àquelas que vivem do seu trabalho, aos reformados, aos mais pobres e desprotegidos (ao mesmo tempo que crescem os lucros, benesses e benefícios imorais para uma minoria).

Os grandes responsáveis pela agudização da situação económica e social mundial são os mesmos que, afinal, promovem a corrida aos armamentos, a militarização das relações internacionais, o desrespeito da soberania dos povos e a guerra.

O Sistema de Escudo Antimíssil (Sistema de Escudo para Primeiro Ataque Global Por meio de Mísseis) dos EUA – que readapta e renova o projecto da «Guerra das Estrelas» de Regan-Bush –, é assumido pela NATO e instala-se em Espanha e noutros países da Euro-Ásia, como a Turquia, dirigindo-se à Rússia, à China e ao Irão.

Relativamente às Armas Nucleares, não se verificam sinais de real progresso relativamente à aplicação efectiva do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, nem do Tratado para o Banimento Completo de Testes Nucleares, prosseguindo, em clara contradição com este Tratado, os desenvolvimentos armamentistas para fins tácticos, nomeadamente nos EUA. De novo se evidencia que «o desarmamento simultâneo e controlado por parte das oito potências nucleares reconhecidas continua a ser uma urgente questão prévia para obviar à proliferação nuclear e ao recurso à arma nuclear para fins de chantagem ou até bélicos» (Resolução Política aprovada na XXI Assembleia da Paz).

As Bases Militares Estrangeiras e as Esquadras Navais, designadamente dos EUA, instrumentos de ingerência, de domínio e agressão em qualquer ponto do mundo, continuam a ser reestruturadas e reforçadas. Refira-se, a este propósito, a transferência para Portugal, em Maio de 2012, do «comando operacional» da força marítima de reacção rápida «Strikfornato», que superintende a Sexta Esquadra dos EUA.

A escalada de guerra, para além de não cessar, alarga-se. No Afeganistão (2001-2013, doze anos de guerra) e na agressão não declarada ao Paquistão, prossegue a guerra, com trágicas consequências para a população e para a segurança de toda a região. No Iraque, após a Guerra do Golfo (1990-91), a intermitência de 12 anos de embargo inumano e a Segunda Guerra do Golfo, prolongada por 8 anos de ocupação brutal (2003-2011), a última «retirada» significou a permanência de ainda 50 000 militares. A instabilidade política e a instigação dos conflitos inter-étnicos ou religiosos, provocam, todos os anos, milhares de vítimas.

No Norte de África e no Médio Oriente, a situação tem vindo a agravar-se. Os levantamentos populares verificados em diversos países árabes, como na Tunísia e no Egipto, não se traduziram na democratização dos regimes, bem pelo contrário. Assistimos, hoje, a uma crescente violência cujas características assumem

contornos de guerras civis. No Líbano vive-se uma guerra civil. A Líbia foi alvo de uma brutal agressão da NATO cujos resultados foram o caos, a desordem, os atentados permanentes, a pauperização das populações e a destruição do Estado. A Síria confronta-se, desde há dois anos, com uma ingerência estrangeira.

Na Palestina, prossegue a luta contra a colonização por parte de Israel contra a ocupação dos seus territórios através da instalação de colonatos, a opressão e negação do inalienável direito do povo palestino à sua terra, aos seus recursos, à paz e ao desenvolvimento económico e social. Israel que é que a única potência nuclear da região, conta com o apoio e cumplicidade dos EUA para a prossecução dos seus crimes, mas encontra-se cada vez mais isolado face à sua política genocida e de desrespeito dos direitos do povo palestino.

Israel mantém uma política de agressão a outros Estados árabes, continuando a ocupar ilegalmente os Montes Golã, na Síria, e as Quintas de Sheba, no Líbano, para além das crescentes ameaças de ataque ao Iraão.

Na Península da Coreia, os EUA, que mantêm há seis décadas uma forte presença militar na região, estimulam o agravamento da tensão, através do não cumprimento de acordos estabelecidos, da realização de manobras militares e de ameaças de agressão à República Popular Democrática da Coreia, utilizando como argumento o seu programa nuclear.

Em África e na América Latina, através dos seus dois comandos para este continente e subcontinente – respectivamente o AFRICOM e o SOUTHCOM –, os EUA reforçam os seus instrumentos de intervenção militar directa ou indirecta (por exemplo, camuflada pela dita «assistência ao desenvolvimento»). É o que já ocorre de forma aberta em África, onde se multiplicam as intervenções militares, com cobertura ou não da ONU, por parte dos EUA e outras potências da NATO, como aconteceu na Costa do Marfim e no Mali.

Como reafirmou a última Assembleia da Paz, «a guerra, a desigualdade económica e o subdesenvolvimento do terceiro mundo estão inexoravelmente ligados à sistemática degradação do Planeta e das condições de vida da maioria dos povos do mundo».

NATO: a mais séria e significativa ameaça à segurança e à Paz no Mundo

Tal como o Conselho Português para a Paz e Cooperação alertou, a NATO – na sua Cimeira que se realizou em Lisboa, a 19 e 20 de Novembro de 2010 –, adoptou um conceito estratégico, reafirmado em 2012 em Chicago, que mais não visa que o reforço deste bloco político-militar como instrumento de ingerência e de agressão.

Trata-se de um novo salto qualitativo que representa a mais séria e significativa ameaça à segurança e à paz ao nível mundial, como a realidade está a demonstrar.

Com o seu renovado conceito estratégico, a NATO arvora-se o direito de ingerência e de intervenção em qualquer ponto do Mundo, invocando um qualquer pretexto, avançando com a formulação de ditas «novas ameaças» à medida dos seus reais propósitos, na tentativa de justificação da sua existência e da sua acção criminosa.

Como foi denunciado inúmeras vezes pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, «a NATO provoca e provocará as situações que posteriormente – perante uma opinião pública intencionalmente

manipulada através de campanhas de desinformação – utilizará para tentar «justificar» a sua agressão».

Neste quadro relança-se a corrida aos armamentos e o aumento das despesas militares, reforça-se a instalação de bases militares estrangeiras, a transformação das forças armadas nacionais em forças expedicionárias ao serviço da NATO, a militarização das relações internacionais e a guerra.

A NATO reafirma a manutenção e utilização das armas nucleares na sua doutrina estratégica, insistindo na manutenção da instalação de armas nucleares dos EUA no território de outros países membros dessa organização.

A NATO assume como seu o projecto de instalação na Europa de novos sistemas de míssil com carácter ofensivo, como o projecto de sistema antimíssil dos EUA – de que um dos componentes centrais será instalado na Base da Rota, em Espanha.

A NATO reafirmou a intenção de alargar a sua esfera de acção, quando possível, a partir do estabelecimento de ditas «parcerias» com países, organizações regionais e internacionais (incluindo a ONU), com conteúdo, forma e duração variáveis, de forma a permitir a sua presença e acção directas ou a colocação de outros ao serviço da concretização da sua estratégia de domínio. Os acordos NATO – Colômbia são disso um exemplo. Deste modo, a NATO desempenharia, conforme as necessidades ou possibilidades, o papel de director e actor central ou de director de outros actores.

Para tal, a NATO tem como objectivo a instrumentalização da ONU para «branquear» a sua acção ilegal, e, quando não o consiga, não recusa o total desrespeito da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

Em síntese, o novo Conceito Estratégico da NATO representa uma declaração de guerra aos povos do mundo.

Neste quadro, a União Europeia reafirma-se como o pilar europeu da NATO e seu parceiro estratégico, sublinhando-se o conteúdo e significado do Tratado de Lisboa para a efectiva concretização deste objectivo belicista.

A União Europeia neoliberal e federalista assume também esta dimensão militarista, subordinada aos interesses estratégicos dos Estados Unidos da América.

O novo Conceito Estratégico da NATO colocou uma vez mais em evidência que, apesar da existência de crescentes contradições entre potências da União Europeia e os EUA, a sua relação tem sido pautada por uma concertação estratégica, num quadro de subordinação dos primeiros à lógica hegemónica dos segundos.

A União Europeia tem vindo a apoiar e a integrar, de um modo cada vez mais ostensivo, a deriva militarista e intervencionista dos EUA e da NATO, participando, coadjuvando e, mesmo, substituindo a NATO nas suas agressões e ocupações de países soberanos.

O Governo português, que participou nas negociações ao nível da NATO, escondeu ao povo português os compromissos que assumiu e as gravosas consequências de amarrar o nosso País a esta deriva militarista e de guerra, que está em flagrante contradição com a Constituição da República Portuguesa.

Face aos inaceitáveis propósitos e acção da NATO, o Conselho Português para a Paz e Cooperação reafirma, com acrescida legitimidade e validade, o compromisso de «continuar a reforçar o movimento pela paz e anti-imperialista, persistindo na sua activa intervenção em prol: da oposição à NATO e aos seus objectivos

belicistas; da retirada das forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO; do fim das bases militares estrangeiras e das instalações da NATO em território nacional; da dissolução da NATO; do desarmamento e o fim das armas nucleares e de

destruição maciça, e da exigência do respeito e cumprimento da Constituição da República Portuguesa e das determinações da Carta das Nações Unidas, pelo direito internacional e pela soberania e igualdade dos povos».

A resistência dos Povos face à destruição e à barbárie

Perante as sérias ameaças à paz no mundo e a crescente ingerência e agressividade do imperialismo, os povos resistem!

Face à autêntica onda de destruição e à barbárie imperialista, em todos os continentes há povos que continuam a levantar-se e a lutar corajosa e persistentemente em defesa da liberdade, da soberania e da independência nacional, enfrentando a agressão, a ingerência mais descarada, as ameaças, as chantagens, os ultimatos políticos, económicos ou militares, assumindo, quantas vezes, pesados sacrifícios. Entre outros, muitos exemplos:

Na **Palestina**, perante o crescente isolamento internacional da política genocida e colonialista de Israel, o martirizado povo palestino, em condições muito difíceis, levanta bem alto a exigência do seu direito inalienável a um Estado livre, soberano e independente, no respeito das fronteiras de 1967 e com Jerusalém-Leste como capital, direito reconhecido, aliás, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, em Israel, reforça-se o movimento pela paz, que faz da liberdade do povo irmão da Palestina sua causa comum.

Na **Síria**, o povo combate tenazmente a ingerência estrangeira (suportada pelos EUA, França, Israel, Turquia e monarquias do Golfo), lutando em defesa do seu país e pela manutenção do Estado laico e multi-religioso que a Síria inegavelmente é.

No **Afeganistão**, que sofre já doze anos de agressão e ocupação da NATO, continua a resistência contra as forças ocupantes, que não cessam de sofrer ataques e baixas militares. Tal como no Iraque, os EUA e seus aliados procuram saídas para o autêntico atoleiro em que se encontram.

No **Iraque**, continua a brutal ocupação iniciada pelos EUA e seus aliados em 2003, com as suas horríveis consequências e sofrimento para o povo iraquiano, que continua a exigir o pleno respeito pela sua soberania.

Na **Líbia**, após sete meses de bombardeamentos e do autêntico genocídio praticado em 2011 pelas tropas da NATO contra o povo líbio, assistimos à partilha do saque entre as potências agressoras, a que se seguiu a instalação de um governo fantoche. A destruição do Estado e da economia conduziu à degradação das condições sociais das populações de um país que tinha um dos mais elevados níveis de vida de África.

No **Sahara Ocidental**, apesar da violenta repressão do Reino de Marrocos, o povo Saharai resiste contra a ocupação, exige o respeito dos direitos humanos dos Saharais que vivem nos territórios ocupados e do seu inalienável direito à autodeterminação, lutando pela edificação do seu Estado livre, soberano e independente.

Em **Cuba**, apesar da manutenção e mesmo reforço do inaceitável bloqueio dos EUA – condenado ano após

ano na Assembleia-Geral das Nações Unidas – o povo cubano resiste e luta pelo legítimo direito ao exercício pleno da soberania, pelo direito a decidir do seu projecto de desenvolvimento, do seu sistema político e económico, livre de bloqueio económico e ingerências externas.

Na **América Latina**, apesar das pressões e ingerência directa dos EUA –, muitos dos seus povos reforçam ou iniciam caminhos de emancipação nacional, de afirmação de projectos de desenvolvimento soberanos, democráticos e progressistas, alguns dos quais referenciando o socialismo.

Defender a Constituição da República Portuguesa

*Por uma política externa de paz,
amizade e cooperação com todos os
povos!*

Nos últimos dois anos, a política externa de Portugal continuou a ser caracterizada pela subordinação, alinhamento e seguidismo face aos interesses e às estratégias dos EUA, da NATO e das grandes potências europeias, em prejuízo dos interesses do povo português e de outros povos do mundo.

Recorde-se que Portugal participou, e participa, por vezes em posição relevante, com bases em seu território ou com forças armadas ou militarizadas, em todas as denominadas «missões militares» e «policiais», isto é, nas agressões da NATO e da União Europeia, designadamente nos Balcãs (Jugoslávia), no Médio Oriente (Irake, Líbano), na Ásia Central (Afeganistão), em África (Somália, Líbia, Mali).

Portugal tem sido conivente com a instrumentalização das Nações Unidas em função dos propósitos dos EUA e da NATO, pactuando com graves violações dos princípios da Carta da ONU, de que são exemplo as

resoluções do Conselho de Segurança de branqueamento da agressão da NATO à Líbia e ao Mali.

O 25 de Abril de 1974 teve como uma das suas razões de ser e aspiração o fim da guerra colonial – e dos seus milhares de mortos e mutilados – e a conquista da paz para o povo português e para os povos irmãos africanos vítimas do colonialismo. A paz, legítima e genuína aspiração e conquista do povo português, ficou consagrada na Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de Abril de 1976.

Hoje as forças armadas ou militarizadas portuguesas contribuem para levar a guerra – a morte, o sofrimento e a destruição – a outros povos, desrespeitando a letra e o espírito do consagrado na Constituição da República Portuguesa, que nasceu da aspiração de paz e amizade por parte do povo português com todos os povos do mundo.

Coloca-se como um imperativo para todos os activistas e amantes da paz a defesa dos princípios plasmados na Constituição da República Portuguesa para a política externa portuguesa.

Paz, uma causa actual e premente!

A luta pela paz é, nos nossos dias, uma causa com toda a actualidade e premência!

Perante os sérios perigos e as grandes e exigentes questões que se colocam à humanidade, levantam-se, com igual elevação e significado, vastas possibilidades de ampliar a resistência e fortalecer as forças geradoras e protagonistas da edificação de um futuro melhor.

O movimento da paz é parte integrante desta ampla conjugação de vontades e de acção combativa sê-lo à tanto mais, quanto mais audaciosa, diversificada, forte e determinada for a sua intervenção.

Neste sentido, o Conselho Português para a Paz e Cooperação reafirma, com renovado empenhamento, o compromisso de fortalecer a sua acção em prol da promoção dos seus princípios fundadores: o desarmamento geral e controlado; a coexistência pacífica entre Estados; o desenvolvimento equilibrado tendo em vista o bem-estar da Humanidade; o respeito pelos direitos do Homem e pelas suas liberdades fundamentais, a eliminação de todas as formas de discriminação e do fascismo; o respeito pelo direito dos povos à soberania e à independência e pela cooperação internacional.

Deste modo, o CPPC assume como principais linhas de intervenção para o próximo biénio 2013/2015:

- O reforço do movimento da paz em Portugal, promovendo o desenvolvimento de uma ampla intervenção em **defesa da Constituição da República Portuguesa** e por uma política externa portuguesa em consonância com o consagrado nos

três primeiros pontos do seu Artigo 7º, assim como dos princípios consagrados na Carta da ONU e do Direito Internacional, dando particular atenção às comemorações do 40º aniversário da Revolução de Abril;

- A **luta contra a guerra e o militarismo** (*contra os blocos político-militares, como a NATO, contra a militarização da União Europeia, contra as bases militares estrangeiras, pelo fim da corrida aos armamentos, por um mundo livre de armas nucleares, pela rejeição da participação de tropas ou forças militarizadas portuguesas em agressões a outros povos e por uma política externa independente de Portugal*);
- A **solidariedade e cooperação com todos os povos do mundo**, em particular com os povos vítimas de guerras imperialistas (*solidarizando-se com a resistência contra a agressão e a ocupação, contra a ingerência estrangeira, a chantagem, o bloqueio ou ameaça de intervenção militar, apoiando a luta dos povos pelo seu inalienável direito à auto-determinação, à soberania, à liberdade, à independência dos seus respectivos países*).

Em coerência, o CPPC continuará a pautar a sua acção pela denúncia e combate às crescentes e intoleráveis injustiças, a todas as formas de opressão, exclusão e discriminação geradas por um sistema capitalista cuja crise se agudiza e que encontra, igualmente, na guerra uma forma de impor o seu domínio.

A luta pela paz é parte integrante e condição necessária para a justiça e o progresso social.

Como se refere na Resolução da Assembleia da Paz de 2011, o CPPC considera que «a luta pela paz é contributo decisivo e marco intransponível para

ultrapassar a crise económica e construir um mundo de justiça e progresso social, baseado na democratização das relações económicas e no desenvolvimento de uma relação sustentável entre as comunidades humanas e a natureza, no respeito pelos direitos e anseios de todos os povos do mundo».

O anseio e direito dos povos à paz consubstanciam-se na conquista e concretização dos direitos ao bem-estar, à alimentação, à água, à saúde, à habitação, à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à recreação, a um ambiente saudável e a uma relação equilibrada com a natureza, à liberdade, à soberania, à justiça, ao desenvolvimento económico, a disporem das condições materiais necessárias a uma vida digna e estável.

Para a concretização destas linhas centrais de intervenção, o Conselho Português para a Paz e Cooperação aponta como objectivo o seu reforço orgânico.

O CPPC terá que encontrar os caminhos e as soluções para ultrapassar insuficiências e debilidades existentes, para dinamizar o pleno funcionamento dos seus órgãos, para promover a participação dos aderentes nas suas actividades, para acolher e impulsionar a criação e o funcionamento regular de comissões ou núcleos de paz, para assegurar uma

melhor divulgação da sua intervenção e para assegurar uma adequada situação financeira que suporte o desenvolvimento da sua actividade.

Neste quadro, o CPPC continuará a assumir as suas responsabilidades no **Conselho Mundial da Paz** como membro coordenador da região da Europa e do seu Executivo e Secretariado, contribuindo, na medida das suas possibilidades e responsabilidades, para o reforço do movimento da paz a nível internacional.

A evolução da situação mundial nestes dois últimos anos demonstrou, que *«os tempos que vivemos, sendo instáveis, inseguros, tremendamente perigosos e de grandes incertezas quanto ao futuro, face à agressividade imperialista, são igualmente tempos de resistência, luta e conquistas, que demonstram que não estamos perante um mundo obrigatória e fatalmente injusto, prisioneiro do militarismo e à mercê dos seus crimes».*

Confiando na justeza dos seus ideais e princípios e na construção de um futuro melhor que o Conselho Português para a Paz e Cooperação reafirma, com inabalável determinação, o seu compromisso de sempre agir lado a lado com todos os homens e mulheres, no plano nacional e internacional, que resistem e intervêm com a aspiração e a convicção de que é possível construir um mundo justo, democrático, solidário e de paz.
